

PENSANDO A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A URBANIZAÇÃO DIFUSA NA AMAZÔNIA

thinking about territorial modernization and diffuse urbanization in the Amazon

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior *

Resumo

O artigo analisa a modernização do território e a importância do fenômeno urbano para as mudanças recentes verificadas na região amazônica. Utilizando-se das noções de “cidades da floresta” e de “cidades na floresta”, busca-se compreender a urbanização difusa em curso nesse contexto regional, considerando-se, para isso, alguns exemplos de formas e conteúdos urbanos voltados para o atendimento de demandas econômicas externas à região. Finalmente, sugere-se considerar a ideia de “cidades para a floresta” como possibilidade de se pensar políticas territoriais para a Amazônia, espaço no qual o meio ambiente e as práticas culturais compõem importantes elementos da particularidade regional.

Palavras-chave: Modernização; Território; Urbanização Difusa; Regionalização; Amazônia.

Abstract

The paper analyzes territorial modernization and the importance of the urban phenomenon for recent changes in the Amazon Region. Using the notions of “forest towns” and “towns in the forest”, this paper intends to understand diffuse urbanization, which is in progress, in a regional context. With this focus, it considers examples of urban forms and attributes regarding provisions for external economic demands. Finally, it is suggested that consideration be given to the idea of “towns for the forest” as a possible basis for the formulation of territorial policies for the Amazon, where environmental attributes and cultural practices reflect important elements of the regional peculiarity.

Key words: Modernization; Territory; Diffuse Urbanization; Regionalization; Amazon.

Resumen

El artículo analiza la modernización del territorio y la importancia del fenómeno urbano para los cambios recientes verificados en la región amazónica. A partir de las nociones de “ciudades de la selva” y de “ciudades en la selva”, se busca comprender la urbanización difusa en curso en dicho contexto regional, considerándose algunos ejemplos de formas y contenidos urbanos destinados al cumplimiento de demandas económicas externas a la región. Finalmente, se propone considerar la idea de “ciudades para la selva” como posibilidad de pensar políticas territoriales para Amazonia, espacio en el cual el medio ambiente y las prácticas culturales componen importantes elementos de la particularidad regional.

Palabras-clave: Modernización; Territorio; Urbanización Difusa; Regionalización; Amazonia.

(*) Prof. Dr. da Universidade Federal do Pará, Bolsista Produtividade do CNPq - Av. Augusto Corrêa, n. 1, NAEA-Sala 216, Bairro Universitário, CEP: 66.075-900, Belém, (PA), Brasil. Tel: (+55 91) 3201-7231 ou 3201-8506 - stclair@ufpa.br

INTRODUÇÃO

De “inferno verde”, no passado, que sugestionava a ideia de insalubridade, acompanhada de uma visão da região como espaço homogêneo e pouco diferenciado, fala-se hoje de fronteira econômica e tecnoecológica (BECKER, 2004) e de “amazônias” (PORTO-GONÇALVES, 2001) para se referir a configurações espaciais e territoriais diversas que se verificam no espaço regional amazônico. Tais configurações, em grande parte, articulam-se a uma lógica de urbanização difusa, que está presente também em todo o território brasileiro.

É nesse sentido que expressões como “fronteira urbana” (BECKER, 1990), “floresta urbanizada” (BECKER, 1995), “urbanização na selva” (OLIVEIRA, 2000), “urbanização complexa e desarticulada” (BROWDER; GODFREY, 2006) e “urbanização extensiva” (MONTE-MOR, 2014), têm sido usadas para nomear essa urbanização difusa que acontece na Amazônia e que reconfigura seu espaço internamente, expandindo novos processos até então estranhos a essa região e, ao mesmo tempo, fragmentando seu imenso território em diferentes sub-regiões.

Em vista disso, na presente análise, tem-se a intenção de discutir essa forma de urbanização, reconhecendo-a e relacionando-a a processos mais gerais que parecem estranhos à própria região, por não potencializarem seus atributos geográficos e socioculturais, e que, por outro lado, tendem a inseri-la, cada vez mais, em modelos econômicos e políticos de ordenamento territorial concebidos normalmente fora do espaço regional e que atendem a interesses distantes das demandas sociais locais.

Discute-se, inicialmente, a compreensão da urbanização difusa, diferenciando-a da malha urbana dispersa, que, por sua vez, é associada a espaços intraurbanos e intrametropolitanos. Em seguida, chama-se atenção para os novos nexos de modernização do território na Amazônia, momento em que são destacadas diferentes formas de interpretá-la, assim como são mencionadas algumas expressões do fenômeno urbano contemporâneo em diferentes níveis e tipos de cidades. Problematiza-se, nesse contexto, a difusão de “cidades na floresta” em substituição às “cidades da floresta”, sugerindo-se, por fim, refletir sobre a ideia de “cidades para a floresta”; sendo esta uma possibilidade de se pensar políticas territoriais para a Amazônia a partir de suas potencialidades e particularidades geográficas e culturais.

DISPERSÃO URBANA E URBANIZAÇÃO DIFUSA: APROXIMAÇÕES EM TORNO DO TEMA

No processo de modernização contemporânea tem sido comum associar importantes transformações territoriais à difusão de um dado modo urbano de vida. Se considerarmos o espaço como produto, condição e meio de reprodução das relações sociais (LEFEBVRE, 1974), não se torna difícil compreender o porquê dessa associação, que se dá tanto em nível da escala da cidade, como também na escala regional; daí a necessidade de estabelecermos a diferenciação e a correlação entre a urbanização difusa e a dispersão urbana, muito comuns na sociedade atual.

Para este último caso, referimo-nos principalmente à dispersão da mancha urbana que ocorre de forma mais expressiva nos dias de hoje nos espaços metropolitanos, mas que também já se revela em outras formas urbanas não metropolitanas. Trata-se de uma expressão da urbanização que acontece em contextos intraurbanos e que, na maior parte das vezes, passa a ter alcance metropolitano.

Fruto do processo de modernização da sociedade e das diferentes estratégias de acumulação de capital, novas formas espaciais se desenvolvem não apenas por meio de adensamentos e verticalizações do solo urbano, mas também por movimentos de expansão horizontal e de dispersão da malha adensada, conforme sistematizamos em outro momento (TRINDADE JR., 1998). Tais processos se materializam pela complexidade de usos e de formas de apropriação do espaço, cujas frações, que definem uma unidade espacial, não são necessariamente contínuas e contíguas do ponto de vista locacional. Constituem, verdadeiramente, uma unidade funcional e de fluxos contínuos, não intermitentes, posto que concentração não implica forçosamente em mancha urbana única,



mas, principalmente, intensidade de fluxos entre espaços relativamente próximos, conforme mostra Lencioni (2015) ao tratar de cidades-região e de macrometrópoles.

Soja (2013, 2014) também, nesse sentido, fala de múltiplas escalas da urbanização regional, escalas estas em que se percebe um processo de difusão generalizada do fenômeno urbano, a ponto de estimar a existência de aproximadamente quinhentas regiões megaurbanas com mais de um milhão de habitantes no mundo. Tais regiões se estendem, segundo o referido autor, por espaços reconhecidamente dinâmicos do ponto de vista econômico, como o caso dos Tigres Asiáticos e do Vale do Silício, mas também alcançam realidades mais longe desses epicentros da economia mundial, como a tundra siberiana e a floresta amazônica (SOJA, 2013).

Dispersão e concentração apresentam-se, assim, como verdadeiros pares dialéticos de processos socioespaciais que implicam em reestruturações internas das cidades. Nesse caso, a conformação urbana pressupõe certa primazia de áreas centrais, assim como, de novas centralidades na dinâmica de apropriação do espaço. Para o capital, a existência da forma dispersa e da metrópole desconcentrada é fator primordial para a sua reprodução ampliada; daí o novo papel das novas centralidades no atual estágio de acumulação capitalista.

Ainda que a dispersão seja importante para o entendimento do processo de reprodução capitalista em nível metropolitano, a urbanização difusa representa, por sua vez, a projeção desse processo em nível regional e territorial mais amplo, colocando-se para além das principais aglomerações urbanas mais concentradas e alcançando outros espaços até então pouco marcados pela instalação da vida urbana moderna.

Associando tal processo à sua tese da sociedade urbana e da urbanização completa, Lefebvre (1970, 2014a) mostrou ser essa uma tendência real e virtual do mundo contemporâneo moderno:

nous partirons d'une hypothèse: l'urbanisation complète de la société... Cette hypothèse implique une définition. Nous appellerons "société urbaine" la société qui résulte de l'urbanisation complète, aujourd'hui virtuelle, demain réelle. (...) Ici, nous réserverons le terme "société urbaine" à la société qui naît de l'industrialisation. Ces mots désignent donc la société constitués par ce processus lui-même dominant et résorbant la production agricole (LEFEBVRE, 1970, p. 7-8).

Ainda que seja a metrópole o espaço por excelência de materialização da sociedade urbana, esse processo, referente ao modo de vida urbano que nasce da industrialização e de seus valores, não se confina apenas a essa forma espacial. Ganha relevância e se manifesta como conteúdo também em formas urbanas não metropolitanas, bem como em outros espaços tidos inicialmente como não urbanos; daí a ideia de "planetarização do urbano", mencionada também por Lefebvre (2014b).

A dimensão que ganha atualmente a urbanização da sociedade e o papel que as metrópoles assumem nesse contexto de reprodução do modo de vida urbano leva Lencioni (2003) a falar mesmo de um processo de metropolização dos espaços, que parece ser uma expressão da urbanização da sociedade de que trata Lefebvre (1970). Isso porque há espaços metropolizados, no sentido de que assimilam conteúdos metropolitanos, sem que necessariamente estejam integrados aos perímetros geográficos convencionais das metrópoles.

Analisando o caso brasileiro, Santos (1993) buscou entender esse fenômeno referindo-se à ideia de urbanização do território. Para esse autor, de um processo de crescimento das populações urbanas, decorrente da modernização da sociedade brasileira, que, gradativamente passou a viver nas cidades, e especialmente nas grandes cidades, começava a se observar uma forma de urbanização em que os nexos da modernização -, até então circunscritos principalmente aos principais centros urbanos - começavam a se difundir em todo o território nacional.

Juntamente com essa difusão, quase que simultânea em todo o País, o autor em referência chamava a atenção para a "dissolução metropolitana". Este fenômeno, caracterizado pela onipresença da metrópole em todas as porções do território, tornava os lugares cada vez mais funcionais aos mecanismos hegemônicos de reprodução econômica, haja vista a presença de seus conteúdos em todos os lugares e no mesmo momento do atual período histórico.



Dessa maneira, os centros urbanos intermediários, que ganham novos patamares populacionais e novos conteúdos urbanos, assim como as pequenas cidades, antes com fortes conteúdos rurais, respondem também, de forma mais intensa, às necessidades de modernização do território e às novas demandas econômicas, que têm conteúdos urbanos. Efeito desse processo é o que acontece com as pequenas cidades. Elas se transformam como nunca, e deixam de ser apenas “cidades dos notáveis”, associadas aos interesses dos poderes locais tradicionais, para se tornarem pouco a pouco “cidades econômicas”, posto que passam a acompanhar e a atender às demandas de atividades modernas que se instalam no campo (SANTOS, 1993).

A urbanização difusa é também considerada por Simoni Santos (2013), que interpreta o processo de reprodução do espaço urbano como condição, meio e produto da acumulação de capital no atual momento histórico. Para esse autor, o processo de concentração metropolitana no Brasil passa por profundas transformações desde a década de 1990. Sustenta que a urbanização se estendeu no tempo porque pode se estender no espaço, configurando-se também como uma urbanização expandida no território brasileiro, que, assim, absorveu lucrativamente os excedentes frequentemente gerados na economia brasileira.

Essa forma difusa e expandida da urbanização para o conjunto do território brasileiro, aí incluso o espaço amazônico, só foi possível com o aval de um Estado desenvolvimentista que criou condições para essa expansão em nível do território nacional. Tal expansão se coaduna hoje com um novo momento da centralização geográfica do capital que se manifesta também nas metrópoles, recriando as velhas centralidades, produzindo outras, e promovendo, em consequência, a intensificação geográfica do capital que, na era das finanças mundializadas, passa a compor o centro das estratégias de acumulação (SIMONI SANTOS, 2013).

Dizemos com isso que dispersão urbana, em nível metropolitano, juntamente com a urbanização difusa, em nível regional e no território nacional, não fazem parte de processos diferentes e que se contrapõem. Pelo contrário, integram um movimento único de acumulação de capital no conjunto do território, no interior do qual o urbano se torna condição de realização desse mesmo processo de acumulação; daí apresentar-se, em sua forma fenomênica, de um lado, como concentração em determinados pontos do território, e, de outro, como difusão em espaços pulverizados por todo o território nacional.

URBANIZAÇÃO DIFUSA E OS NOVOS NEXOS DA MODERNIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Na Amazônia, a urbanização difusa tem sido tratada por vários autores. Becker (1990), por exemplo, inicialmente mais preocupada com a geopolítica que deu sentido à ocupação da Amazônia oriental, e onde a ação do Estado foi determinante, apresentou relevante contribuição ao falar da importância da cidade e do urbano para se compreender os novos conteúdos socioespaciais responsáveis por definir a lógica territorial recente do espaço amazônico.

Tendo em vista essa preocupação, chegou a se referir a essa região como sendo uma “floresta urbanizada” (BECKER, 1995). Com argumento centrado em uma clara proposição teórica, definia a “fronteira urbana” como parte da fronteira econômica (BECKER, 1990), sendo aquela configurada por espaços de crescimento populacional urbano onde se verifica a expansão das dimensões físicas das cidades, a proliferação de novos núcleos populacionais, mas, igualmente, a difusão de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social.

Considerava, dentro desse esquema explicativo, que a expansão da fronteira econômica se deu em um primeiro momento dentro de um contexto urbano, posto que o fluxo migratório não possuía um destino predominantemente rural. Nessa dinâmica, o urbano, como conteúdo socioespacial, tornou-se uma estratégia de ocupação do território sob determinada lógica de reprodução econômica e social, resultando em uma complexa e dinâmica organização do espaço. O processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX foi relacionado pela autora à intensa mobilidade da força de trabalho, ambos explicados pela expropriação e dificuldade de acesso à terra, mas também pela

migração, tida como condição de povoamento e de formação da força de trabalho para as novas relações que se desenhavam em nível regional (BECKER, 1990).

A precariedade da força de trabalho - temporária, móvel e polivalente -, também foi considerada como parte dessa teorização, e justificava uma forma de exploração que não pressupunha necessariamente a proletarianização automática, diferente, por conseguinte, de outros processos clássicos no interior dos quais a expropriação e a expulsão do campo levavam linearmente ao assalariamento em um contexto urbano, vinculado às atividades das cidades (BECKER, 1990).

A urbanização na fronteira, portanto, não está associada à simples urbanização da população, constatada em várias realidades estudadas na porção oriental e meridional da região. Para além disso, o urbano era tido como base logística para a mão de obra móvel e versátil e para as políticas urbanas, sobretudo definidas em nível federal, e que estabeleciam condições para a circulação intrarregional e para a ressocialização do migrante no espaço de destino (BECKER, 1990).

É dessa maneira que a mobilidade da força de trabalho tornou-se importante elemento explicativo para o sentido da chamada “fronteira urbana” e da própria condição de existência da fronteira de recursos (BECKER, 1990), inicialmente, e tecnocológica (BECKER, 1997), no momento mais recente. Para o capital, o espaço urbano significou uma base referencial por meio da qual se recrutava, distribuía-se e estabelecia-se um uso mais racional da mão de obra, minimizando também o tempo - dada a sua versatilidade e polivalência - de formação do trabalhador, elevando as necessidades de consumo. Se essas vantagens favoreciam o processo de reprodução capitalista em curso, para os trabalhadores, sugeria maior instabilidade e exploração, assim como, dificuldades de organização sindical e política, sendo também uma estratégia de sobrevivência da família camponesa (BECKER, 1990).

Ainda que o processo de urbanização hoje não seja o mesmo daquele que se apresentou nos primeiros momentos de formação da fronteira, ele não deixou de ser importante na definição do que ela chamou de fronteira tecnocológica. Para Becker (2004), hoje as cidades: a) representam cerca de milhões de consumidores; b) são sedes das instituições políticas públicas e privadas; c) oferecem alternativa de emprego e renda, barrando a migração para a floresta; d) são base em potencial para beneficiamento local de produtos da floresta; e) são centros de distribuição de serviços para as populações das Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs); f) são, em potencial, centros dos assentamentos da reforma agrária nas áreas a serem recuperadas; g) possuem papel logístico na conexão de diferentes modais de transporte e redes de comunicação; h) assumem a condição de *relays* da unidade regional.

Browder e Godfrey (2006), por sua vez, com estudos mais focados na urbanização decorrente da colonização agrária, como se vê na Amazônia meridional e oriental, defenderam um pluralismo conceitual na discussão sobre o espaço amazônico, em razão da complexidade que o seu processo de urbanização revela.

Questionando os preceitos do que chamam de globalismo, argumentam que a urbanização na região é resultado de uma miríade de formações microssociais híbridas, em razão da diversidade de assentamentos humanos e seus sistemas próprios e, portanto, com marcantes diferenças entre eles. Tais diferenças decorrem da história local, da composição social, das afiliações institucionais e das funções econômicas regionais e sub-regionais (BROWDER; GODFREY, 2006).

Sugerem os autores uma teorização denominada de “urbanização desarticulada” para a região, com base no fato de que se trata de espaço social heterogêneo, constituído por diversos grupos étnicos e sociais, incapazes de serem interpretados por um conceito único ou um princípio mestre. Seus sistemas polimorfos e irregulares de cidades, apresentam funções diferencialmente articuladas com a economia mundial, em que a expansão agrícola e o desenvolvimento industrial não se dão de forma generalizada, mas pontualmente localizados, ainda que o crescimento da população urbana se manifeste por toda a região (BROWDER; GODFREY, 2006).

Chegaram a admitir os mesmos autores a forte integração de alguns espaços produtivos às forças econômicas globais, mas consideraram que a região como um todo não está subordinada ao



sistema econômico mundial, em razão da desarticulação setorial do desenvolvimento econômico e do não estabelecimento efetivo e generalizado de um sistema de forças de mercado e de relações assalariadas de produção. Da mesma maneira, sendo uma criação geopolítica, a chamada “fronteira urbana” é politicamente desarticulada do Estado central, que não se configura como força unificadora da sociedade civil. Seu papel, variável e ambíguo, tem contribuído para uma diferenciação socioeconômica cada vez maior na região, em cujo contexto a dicotomia rural e urbano não se aplica (BROWDER; GODFREY, 2006).

Oliveira (2000), por seu turno, não fala propriamente de “floresta urbanizada”, a exemplo de Becker, mas sugere a existência de um processo em curso que poderíamos denominar de “urbanização na selva”, fazendo referência principalmente à Amazônia ocidental. Para esse geógrafo, o urbano na fronteira amazônica difere do que foi observado por outros autores em outras porções do território brasileiro, embora tenham em comum o fato de que seja uma fronteira que já nasce urbana:

aqui o urbano se impõe como base inicial de um processo. A cidade surge no início e não como resultado do processo, estando associada à expansão de novas atividades e servindo como suporte destas, tanto no plano econômico quanto principalmente no institucional. Não há como na frente pioneira do norte do Paraná cidades próximas umas das outras. Na Amazônia, a fronteira nasce urbana não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar (OLIVEIRA, 2000, p. 186-187).

O autor supracitado não concebe a Amazônia, entretanto, como simples fronteira de recursos, posto que esta ideia se associa à de “vazio demográfico”, tendo se constituído, por isso, uma estratégia de avanço da grande empresa capitalista, notadamente por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975/79. Também não relaciona o seu processo de expansão a uma necessária melhoria da qualidade de vida, mas a outras formas de vida que adentram à região:

a expansão da fronteira se constitui num movimento contraditório com múltiplas facetas, o que lhe confere uma dimensão simultaneamente destrutiva e construtiva. A primeira aparece na explicação das formas como o espaço é apropriado e nas desigualdades sociais, e a segunda na resistência que cria as condições para o estabelecimento de novos modos de vida que não significa o retorno ao anteriormente existente, mas a outra vida (OLIVEIRA, 2000, p. 188).

Na difusão do novo processo de urbanização, especificamente na Amazônia ocidental, o autor em referência chama atenção para não lidar com esse processo situando-o apenas do ponto de vista econômico ou demográfico, ou colocando estes sempre em primeiro plano. Adverte sobre a necessidade de atentar para as resistências que diante deles se apresentam, assim como captar as transformações e a dimensão do espaço vivido, de forma a admitir múltiplas contradições sociais, políticas e econômicas que no espaço regional se manifestam. Destaca alguns elementos a serem considerados nessa direção: a) a forte presença da cultura indígena, principalmente nas cidades mais antigas; b) o relativo isolamento geográfico, que não impede que as cidades sofram influência de um contexto cultural mais amplo, com tendência ao enfraquecimento da cultura local; c) a referência sempre recorrente a determinados períodos de busca de riquezas, seja a partir da beira dos rios, seja a partir da beira das estradas; d) o fato de refletirem as especificidades locais e os conflitos que lhes são inerentes, que não se caracterizam apenas por sua natureza econômica; e) a propriedade das suas formas de organização e estrutura, que extrapolam suas dimensões específicas, configurando elementos e estilos que se definem para além de sua *circunscrição espacial* (OLIVEIRA, 2000).

Dada a existência desses múltiplos elementos, Oliveira (2000) chama atenção ainda para o risco de ver essas mesmas cidades como partes de uma cultura mais geral, sempre se tomando como referências dimensões e complexidades de núcleos mais dinâmicos, em vez de partir do reconhecimento delas próprias.

Outro autor que considera em suas reflexões a urbanização difusa no Brasil e na Amazônia é Monte-Mór (2014a, 2014b). Ao interpretar o sentido da urbanização contemporânea, reconhece na Amazônia o que ele chama de “urbanização extensiva” ou “urbanização estendida”, relacionando-a a diferentes padrões de assentamentos urbanos existentes no Brasil. Essa interpretação se dá com base nos pressupostos lefebvrianos de sociedade urbana, tida como virtualidade e como forma concreta de extensão do tecido urbano em múltiplas dimensões e sentidos, inclusive o do espaço não edificado, levando-o a admitir a presença de conteúdos urbanos para além dos restritos domínios das cidades.

A exemplo do autor que o inspira, compreende a “urbanização extensiva” como a própria projeção da sociedade urbana. Trata-se, assim, de um conjunto de manifestações do urbano que, citando Lefebvre (1970), levam ao predomínio da cidade sobre o campo, materializando-se de diversas maneiras, a exemplo da segunda residência, da rodovia e da presença do supermercado. Todos esses elementos integram o tecido urbano, que se pode apresentar mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, a tal ponto de novas formas espaciais, como a agrovila, implicarem na possibilidade de desaparecimento de outras, como a da antiga aldeia (LEFEBVRE, 1970).

Sustenta Monte-Mór (2004) que, no Brasil, a urbanização se estendeu virtualmente a todo o território nacional, integrando e submetendo os múltiplos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que se projetava a partir das principais aglomerações metropolitanas brasileiras, com destaque para a metrópole paulista:

a essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas carregando com ela as condições gerais de produção industrial tenho chamado *urbanização extensiva*. A *urbanização extensiva* pode ser definida como a forma sócio-espacial que expande as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) por sobre o espaço regional articulando o urbano e o rural em uma única e (virtualmente) integrada forma urbana, carregando também consigo as especificidades de polis e da *civitas*: a práxis urbana, a política e a cidadania (MONTE-MÓR, 2004, p. 115, grifos do autor).

Destaca ainda o autor que essa forma de urbanização, que se estende a novas e velhas regiões e territórios, resulta em combinações diversas e distintas de processos e formas socioespaciais, que, por sua vez, representam não apenas manifestações locais de dinâmicas e elementos hegemônicos dos centros urbano-industriais. Expressam, igualmente, particularidades de múltiplas práticas tradicionais que são (re)criadas pelas necessidades imediatas, frutos de heterogeneidades multitemporais que se fundem no interior da produção social do espaço (MONTE-MÓR, 2004).

As configurações das redes urbanas que materializam essa “urbanização extensiva” na Amazônia Legal, ainda que se mostrem similares a das demais regiões do País, com aparecimento de cidades médias,¹ multiplicação de pequenas aglomerações urbanas etc., caracterizam-se por aspectos diversos, com centros urbanos regionais e locais que revelam particularidades e dinâmicas demográficas, socioeconômicas e espaciais distintas (SATHALER; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009).

A exemplo dos demais autores anteriormente referenciados, chama a atenção para a natureza complexa da urbanização amazônica e, ao mesmo tempo, para o cuidado de não se conceber como homogêneo esse processo, que, cada vez mais, tem contribuído para diferenciar internamente o espaço amazônico. Alguns exemplos podem ajudar a visualizar melhor essa questão, levando-se em conta diferentes formas e conteúdos urbanos existentes na região.

“CIDADES NA FLORESTA”: EXPRESSÕES DA URBANIZAÇÃO DIFUSA

A partir da década de 1960 uma nova reestruturação do espaço amazônico se manifestou na Amazônia, desta feita, com a atuação fundamental do Estado e do grande capital. Por meio de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, inaugurou-se uma fase de rápida ocupação do território, com a presença de empreendedores, especuladores, migrantes, que, intermediados por ações intencionais do Estado, definiram uma nova ordem imposta ao território.



Nesse processo, as estratégias de desenvolvimento tendem a se assentar em pelo menos três principais modelos de ordenamento territorial, que, não obstante a continuidade existente entre eles, sugerem geometrias bem diferenciadas: os pontos (polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malha socioambiental).

Nessas estratégias, as cidades cumprem importantes papéis em face das políticas de desenvolvimento regional, pois integram uma lógica “intencional” ou “espontânea” de ordenamento do território (MACHADO, 2000) e são, em conjunto, pressupostos para a nova configuração regional. Nesse novo contexto, algumas expressões da urbanização merecem ser consideradas dadas as suas respectivas importâncias para a diferenciação interna do espaço amazônico em diferentes escalas, conforme sugere Becker (2004).

Seguindo o raciocínio dessa autora, na escala macrorregional, por exemplo, o processo de urbanização difusa decorrente das políticas territoriais define pelo menos quatro sub-regiões bem particulares: a Amazônia centro-oriental, diretamente comandada por Belém (PA); a Amazônia ocidental, comandada por Manaus (AM); a Amazônia oriental, comandada por São Luís (MA); e a Amazônia meridional, sob a influência de Cuiabá (MT).

Inseridas ainda na ideia de região-programa, constituída por meio da Amazônia Legal, notadamente a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, cada macrorregião foi configurada em relação a um centro urbano de maior peso na rede urbana regional e, mesmo tendo em conta que o fenômeno de metropolização esteja presente com processos similares nessas mesmas macrorregiões, chamam atenção, no caso amazônico, as particularidades que essas referidas metrópoles guardam em face de suas sub-regiões.

A de Belém, a mais antiga de todas elas, resultou das repercussões das primeiras frentes de expansão decorrentes da integração regional pós-1960; a de Manaus, é fruto da criação da Zona Franca, na década de 1960, mas começa a definir-se como metrópole na década seguinte; a de São Luís, está diretamente associada ao Projeto Carajás e às frentes de expansão mais recentes, a partir das décadas de 1980 e 1990; e a de Cuiabá, é um aglomerado metropolitano ainda em formação, mas com influência em uma sub-região onde a modernização do campo tem apresentado relevante dinamismo nas últimas décadas, por voltar-se para importantes mercados nacionais e globais.

É nesse contexto de diferenciação regional interna que um processo de urbanização difusa ocorre igualmente em diversos pontos do espaço regional e no interior dessas macrorregiões, mais ou menos impactadas pelas novas vias de circulação e por diversas frentes econômicas que se renovam ao longo do tempo.

A forte presença do Estado compunha a estratégia do modelo de regionalização calcado nas regiões polarizadas, seja por meio da criação de infraestrutura; seja através da instalação de órgãos de planejamento e financiamento; seja, ainda, por concessão de incentivos/subsídios fiscais/creditícios à grande propriedade rural e aos fluxos de capital. A regionalização concebida a partir dos polos foi acompanhada da chegada de novos agentes com procedências diferentes e em ondas migratórias diversas. Eles foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos ou pelo crescimento e expansão de pequenos povoados já existentes, que culminaram, mais tarde, com a reconfiguração da malha municipal, dada a presença de um novo ou renovado poder econômico e político local, que definiu territorialidades cujos epicentros passaram a ser as sedes políticas de novos e de antigos municípios.

A difusão dos valores urbanos modernos nessas cidades e a partir delas nos fez sugerir, em outro momento (TRINDADE JR., 2010, 2013), e o reconhecimento de um processo em que as “cidades da floresta”, as mais comuns na região até a primeira metade do século XX, viessem perdendo importância para as “cidades na floresta”, que ganharam relevância com as políticas de integração regional. De forte ligação com a dinâmica da natureza e com os ecossistemas locais, as primeiras, em que pese a articulação que mantinham com os espaços externos, sempre estabeleceram intensas e orgânicas relações com os seus respectivos entornos imediatos e com outras localidades relativamente próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.).

As cidades que surgem a partir da segunda metade do século XX e os novos valores urbanos que substituem os já estabelecidos há mais tempo, tendem hoje, muito mais que no passado, a se articular principalmente às demandas externas à região, negando a potencialidade da floresta, do ponto de vista dos seus atributos ecológicos e em relação aos valores culturais nela enraizados; reconhecendo-a principalmente como fonte de recursos para fins de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)

Dentre os núcleos urbanos que compõem essas mudanças, estão aqueles estimulados a surgir ou a crescer a partir dos diversos modelos de ordenamento territorial, a exemplo do chamado “urbanismo rural” – onde o urbano e o rural eram combinados por meio de novas formas espaciais (agrovilas, agrópolis e rurópolis) - sob o comando do Estado (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) ou de empresas privadas (companhias de colonização agrária), ao longo das estradas e associados a diversos projetos econômicos difusos na região. Alguns deles tornaram-se pequenas cidades, mas não necessariamente cidades locais, dado o rarefeito atendimento de demandas sociais de seu entorno imediato.

Uma das melhores expressões da urbanização difusa, entretanto, associa-se à concepção de regionalização apoiada nos polos de crescimento, pensados para a Amazônia de forma a viabilizar grandes interesses corporativos. Concebidas inicialmente como cidades fechadas, as cidades implantadas para esses fins estavam ligadas a projetos minerais e de infraestrutura, tornando-se modelos de um urbanismo extravertido e de pouca interação local, ainda que os discursos construídos a respeito de algumas dessas cidades pudessem caracterizá-las como sendo abertas ou semiabertas, alegando-se atender também às demandas do entorno.

De qualquer forma, independentemente de suas diferenças nesse sentido, identificam um novo padrão de desenvolvimento e de urbanismo para a região, seja por abrigarem uma mão de obra especializada, seja também por exercem forte pressão sobre o ambiente da floresta em dois sentidos. O primeiro em razão da lógica que preside o surgimento desse tipo de cidade, que tem relação com formas diversas de exploração de recursos ligados aos circuitos globais, como a exploração do minério de ferro, da bauxita e da água para a produção de energia elétrica; todos, normalmente, de fortes impactos locais e regionais. O segundo, em razão do valor simbólico e cultural, que remete à ideia de estranhamento/deslocamento dessas cidades e de seus conteúdos em relação à história local e às vivências cotidianas pré-existentes.

No atual momento, os pressupostos neodesenvolvimentistas, que norteiam a presença ainda de grandes projetos de exploração de recursos na região, redefinem a importância da inserção desse tipo de cidade no espaço amazônico. Mesmo aquelas já implantadas, tendem a ter seu processo de gestão repassado para os governos locais e não mais às empresas a elas associadas, sobrecarregando a responsabilidade da esfera municipal em dar conta dos impactos e das implicações locais geradas por esses empreendimentos.

As experiências mais recentes de urbanização difusa associada aos empreendimentos, nem mesmo concebem a implantação de “cidades das empresas”. Sustenta-se, em vez disso, o discurso de “empresas da cidade”, por meio do qual os núcleos urbanos pré-existentes se comprometem a abrigar a nova logística a ser implantada, indo ao encontro da ideia de plena inserção das corporações nos espaços locais.

A expectativa de crescimento econômico, que normalmente acompanha a implantação de novos empreendimentos, faz as populações e os governos locais das cidades onde se instalam, adotarem mesmo as empresas como suas, tal a importância e o papel que assumem na psicosfera local. A expectativa de incremento econômico e de desenvolvimento local a ser proporcionado pela presença das empresas vem sempre acompanhada de um discurso de modernização do território, conforme se observou em relação à exploração do cobre em Canãa dos Carajás, no sudeste paraense, pela Vale S.A.; em relação à exploração da bauxita, no Município de Juruti, no Baixo Amazonas, sob o comando da Alcoa; e em relação ao Projeto Onça Puma (Vale S.A.), voltado para a exploração



do níquel no sul do Pará, e que tem como “comunidades hospedeiras” as cidades de Ourilândia do Norte e Tucumã.

A modernização econômica e territorial mascara, muitas vezes, os custos e os ônus sociais e ambientais provocados pelos empreendimentos, por suas atividades e pelo pessoal direta ou indiretamente a eles vinculados. Quando muito, a infraestrutura que é instalada pela própria empresa assume o caráter provisório, uma espécie de acampamento de altíssima qualidade, a ser desmontado após a implantação e o início do funcionamento das atividades do empreendimento, conforme se observa no entorno das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais especificamente nos Municípios de Vitória do Xingu e Altamira, sudoeste do Pará, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A.

Assim, diferentemente de décadas anteriores, há novas formas de difusão do urbano na região, que se diferem daquelas outras inspiradas no desenvolvimento intervencionista das primeiras décadas de integração regional. Autores como Ablas (2003), Galvão e Brandão (2003), Mello (2006) e Leitão (2009), chamam atenção para a concepção de um novo ordenamento territorial projetado para o Brasil a partir dos anos noventa, associado aos eixos de integração e desenvolvimento e não mais à ideia de polos, inaugurando uma nova forma de política de desenvolvimento regional.

As opções neoliberais trazem embutidas discursivamente uma concepção estratégica de planejamento. Por meio dela, busca-se a otimização sistêmica de exploração de oportunidades, com efeitos multiplicadores e com ações consorciadas e de parceria entre iniciativa pública e privada, em que o Estado age como intermediador e sinalizador de investimentos, com vistas à inserção competitiva global do Brasil e, conseqüentemente, da Amazônia.

As novas regiões de planejamento assumem a configuração linear, e a ideia de polarização deixa de ser pontual para se irradiar através de eixos (nós, redes e vias), já existentes ou em potencial, de maneira a estabelecer conexões entre espaços locais e sub-regionais com os mercados globais. A integração regional, a partir desses novos marcos, é alimentada pela interiorização do desenvolvimento e pelos “corredores de exportação”. Concebe-se uma nova “armature regional”, de natureza logística e infraestrutural, na qual o transporte é um elemento de importância fundamental, articulado a outras redes (telecomunicações, energia elétrica e de cidades).

E é nesse contexto que a rede urbana assume uma menor rigidez hierárquica, definindo curtos-circuitos e conferindo importância a novos centros urbanos regionais, que funcionam como verdadeiros “nós” de fluxos, pautados em produtos diversos, como os provenientes da biodiversidade, do ecoturismo, mas principalmente aqueles relacionados aos agronegócios e à mineração, conforme se percebe, respectivamente, no circuito da soja, que inclui a cidade de Santarém, e no circuito do ferro, que inclui a cidade de Marabá, ambas no Estado do Pará.

São, em grande parte, centros urbanos intermediários da rede urbana, que se alçam à condição de cidades médias. Com importantes papéis sub-regionais, essas cidades constituem-se também boas expressões da urbanização difusa que hoje se faz presente na região, em razão dos conteúdos urbanos que nelas se expressam. Dizem respeito a cidades cujo papel logístico é central, no sentido de estabelecer conexões a diferentes modais de transporte e de redes de comunicação, e cuja infraestrutura, comércio e serviços instalados são concebidos para atender a demandas corporativas ligadas a commodities de grande aceitação nos mercados globais e que, por esse motivo, também exercem relativa pressão no ambiente da floresta.

Como exemplos de novos conteúdos urbanos existentes nessas cidades, temos o grande número de concessionárias de automóveis, a proliferação de agências bancárias, a difusão de lojas comerciais e de serviços voltadas para os agronegócios, o aumento de franquias nacionais e internacionais, assim como a inserção de grandes equipamentos de difusão de consumo que integram um circuito moderno da economia urbana, como as lojas de departamentos e os shoppings centers.

Não se trata, todavia, de atributos somente econômicos a definir as centralidades desses pontos nodais no território. Mesmo admitindo a importância da dimensão econômica, em grande parte associada às atividades de comércio e serviços modernos, revela-se nelas outra forma de centralidade que as distinguem no âmbito regional. Referimo-nos à centralidade política, caracterizada



pela presença de instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais ligados às decisões políticas que nelas se localizam, e pelo fato de sediarem importantes forças políticas, associações, representações de classe, sindicais e categorias sociais diversas.

Por outro lado, como parte dessa dimensão política que reforça a centralidade urbana, somam-se importantes movimentos que as tornam vitrines de interesses políticos e, a partir delas, estabelecem projeções de novas territorialidades em nível sub-regional, de que são exemplos as propostas de criação de novos estados da federação, como o de Carajás (sul/sudeste do Pará), com sede política em Marabá, e o de Tapajós (oeste paraense), com sede política em Santarém.

Dessa forma, em face das estratégias neodesenvolvimentistas mais recentes, os centros urbanos sub-regionais afirmam-se como importantes alvos das políticas territoriais originadas em nível federal e estadual, sendo pontos de investimentos e de serviços diversos, responsáveis por incrementarem e difundirem uma esfera de valores urbanos por toda a Amazônia, antes só vista principalmente em ambientes metropolitanos dessa mesma região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao modelo de ordenamento territorial dos polos e dos corredores/eixos de integração, associa-se, cada vez mais, uma nova forma de ordenamento territorial que se apoia em uma geometria zonal e em um discurso de desenvolvimento sustentável.

Compõe-se, assim, uma espécie de *overlay* de práticas intencionais concebidas a partir de políticas territoriais de desenvolvimento regional, conforme analisou Vale (2015) para a Amazônia maranhense. Indaga-se, entretanto, até que ponto novas geometrias espaciais ancoradas ainda em modelos extravertidos podem gerar resultados menos impactantes e socialmente mais justos?

Na verdade, é preciso concordar com Becker (1997), que, ao mostrar para os dias de hoje a convivência, na região, de uma economia de fronteira com um vetor tecnocológico de desenvolvimento, sugere a existência não apenas de um, mas de uma pluralidade de discursos construídos sob as premissas do desenvolvimento sustentável. Sob essa mesma ideia geral, apresentam-se como portadores desses discursos desde movimentos ambientalistas e preservacionistas defensores da natureza, passando por protagonistas de projetos mais alternativos de desenvolvimento, até agentes econômicos que, apoiados em uma espécie de geopolítica ecológica, respaldam interesses de grandes corporações e de reprodução ampliada de capital.

Convivem, dessa maneira, estratégias de desenvolvimento diferentes, sob um mesmo rótulo que aparentemente os une, tendo em vista a necessidade de novas concertações e arranjos políticos que apostam no papel do Estado como mediador/orquestrador de diferentes interfaces entre o público e o privado; na integração de projetos/programas e parcerias transescalares, que incluem tanto instituições governamentais, como a sociedade civil; assim como em retóricas e práticas em torno da participação e da gestão compartilhada do território (BECKER, 1997; MELLO, 2006).

Do ponto de vista do ordenamento territorial, intenciona-se configurar hoje, mais do que no passado, uma geometria zonal, que não descarta a malha complexa de natureza tecnopolítica herdada do passado, mas que inclui na “armature regional” concepções tecnocológicas e socioambientais de desenvolvimento, exemplificadas através de zoneamentos econômico-ecológicos baseados no reconhecimento, dentre outros, de terras indígenas, de unidades de conservação, de reservas extrativistas (BECKER, 1997) e, mais recentemente, de territórios de cidadania, conforme demonstra Souza (2014).

Reconhecem-se sub-regiões diversas com potencialidades também diversas, a ponto de serem pensadas como subsídios para as políticas de gestão territorial e ambiental, conforme propõe Becker (2004). Nessa configuração, as cidades são tratadas como pontos nodais e logísticos, dentre outras razões, pelo fato de exercerem baixa pressão sobre o ambiente da floresta e por se constituírem centros em potencial de apoio ao entorno local e sub-regional, seja em áreas já degradadas a serem recuperadas, seja em áreas a serem conservadas e preservadas.



Dessa forma, e tendo-se em vista a tese da sociedade urbana e da tendência da urbanização difusa também presente no espaço amazônico, conforme demonstrado ao logo da discussão aqui empreendida, busca-se indagar sobre a pertinência de pensarmos em “cidades para a floresta” como uma possibilidade ante o movimento contraditório que se coloca entre as “cidades da floresta” – que são dinâmicas e não simples espaços congelados no tempo – e a presença cada vez mais marcante das “cidades na floresta” – dado o papel assumido não apenas pelos novos núcleos, planejados ou surgidos espontaneamente, mas também pelos novos conteúdos urbanos que se disseminam no espaço regional indiferentes ao potencial ecológico e cultural da floresta, tida como espaço socialmente produzido.

Ultrapassando a concepção de “cidade na floresta”, que domina as políticas territoriais e urbanas na Amazônia, e para além de uma interpretação essencialista das “cidades da floresta”, cumpre, portanto, atentarmos para as experiências de vidas urbanas presentes na região que ainda dinamizam frações importantes da ordem interna das cidades, de forma a sinalizarmos para um outro tipo de urbanidade, bem diferente da que tem sido desenhada pela urbanização difusa até o presente. Há experiência e práticas socioespaciais, normalmente invisibilizadas pelas políticas oficiais, que merecem ser lidas e reconhecidas. Isso porque a vida cotidiana presente nas diversas cidades amazônicas oferece possibilidades e potencialidades não só para avaliar a natureza da urbanização em curso, como também para pensar “cidades para a floresta”, menos formatadas a padrões externos e menos comprometidas com um modelo único de vida e de valores urbanos.

Esse exercício de leitura ajuda a ver a Amazônia como uma região não homogênea, assim como, a pensar a urbanodiversidade como outra dimensão que se acrescenta àquelas da biodiversidade e da sociodiversidade, consideradas há mais tempo nas políticas territoriais direcionadas para a região. Trata-se de uma diversidade urbana que se revela empiricamente não apenas por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização, decorrentes normalmente de processos originados externamente à região, mas, também, por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações, resultado de contatos e interações em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam de fora e que se mesclam aos que nela são originados, revelando espaços residuais e de resistências.

NOTAS

(1) A respeito da definição de cidades médias ver o trabalho de Sposito (2001a) a partir do qual nossa reflexão busca apoio conceitual, considerando-as como centros urbanos cuja natureza e perfil não estão restritos a um quantitativo demográfico e cujas localizações não estão circunscritas aos perímetros das aglomerações metropolitanas. Definem-se, notadamente, pela importância e pela situação geográfica estratégica no cenário regional em que estão inseridas e se caracterizam sobretudo pela relativa densidade de fixos e de fluxos que atendem não apenas a demandas locais, mas que são fruto de combinações de influências e determinações provenientes de escalas diferenciadas, incluindo-se a de nível global. Fala-se, assim, de centralidade, associando-a à importância dos fluxos (SPOSITO, 2001b), que muitas vezes se intensificam em decorrência de uns poucos fixos disponíveis. Conforme já argumentamos a respeito, no caso amazônico, não tem sido forçosamente a densidade dos fixos nessas cidades o elemento responsável por conferir importância a elas nos últimos anos. A centralidade, assim entendida, resulta da convergência de fluxos e se define pelo caráter centrípeto por eles exercidos em direção a um determinado ponto da rede urbana, “nó” da circulação de bens, de pessoas, de informações e de capitais, devido a uma dada disponibilidade de infraestrutura e a uma relativa densidade técnica, de atividades econômicas, sociais e políticas que, nesse ponto, tendem a se concentrar (TRINDADE JR.; RIBEIRO, 2009).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho sistematiza discussões realizadas no interior dos projetos de pesquisa “O urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico: leituras e abordagens em perspectiva” e “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, sob nossa coordenação e responsabilidade, e financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABLAS, L. A. O “Estudo dos Eixos” como instrumento de planejamento regional. In: GONÇALVES, M. F.; Brandão, C. A.; Galvão, Antônio Carlos Filgueira (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 171-186.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. K. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (Orgs.). **Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region**. Paris: UNESCO, 1995. v. 15. p. 53-89.
- BECKER, B. K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Orgs.). **Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p. 421-443.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BROWDER, J.; GODFREY, B. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Manaus: EDUA, 2006. 384 p.
- GALVÃO, A. C.; BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 187-205.
- LEFEBVRE, H. **La révolution urbaine**. Paris: Gallimard, 1970. 256 p.
- LEFEBVRE, H. **La producción de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974. 485 p.
- LEFEBVRE, H. From the city to urban society. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014a. p. 36-51.
- LEFEBVRE, H. Dissolving city, planetary metamorphosis. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014b. p. 566-570.
- LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país**. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; CARLOS, A. F. A. (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.
- LENCIONI, S. **Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões**. São Paulo: USP, 2015. (mimeo.).
- MACHADO, L. O. Urbanization et marché du travail en Amazonie brésilienne. In: DIAS, L. C.; RAUD, C. (Orgs.) **Villes et régions au Brésil**. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 165-191.
- MADEIRA, W. V. **Modelos de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial na Amazônia: rupturas e continuidades no corredor Açailândia-São Luís (MA)**. 2015. 236 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006. 412 p.
- MONTE-MOR, R. L. M. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122.
- MONTE-MOR, R. L. M. Extended urbanization and settlement patterns in Brazil: an environmental approach. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014a, p. 109-120.
- MONTE-MOR, R. L. M. What is the urban in the contemporary world?. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014b, p. 260-267.



- OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000. 224p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.
- SATHLER, D; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrio na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 11-39, jan.-abr. 2009.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.
- SIMONI SANTOS, C. R. **A nova centralidade da metrópole**: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana. 2013. 307 fls. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SOJA, E. Para além de postmetropolis. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013.
- SOJA, E. Regional urbanization and the end of metropolis era. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014. p. 276-287.
- SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: UNESP, 2001a. p. 609-643.
- SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: GAsPEER/UNESP, 2001b. p. 235-253.
- SOUZA, E. A. de. **Políticas públicas e práticas discursivas do desenvolvimento territorial na Amazônia**: uma análise do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense. 2014. 286 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- TRINDADE JR., S-C. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 395 fls. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.
- TRINDADE JR., S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul.-dez. 2010.
- TRINDADE JR., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.
- TRINDADE JR., S-C. C.; RIBEIRO, R. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: TRINDADE JR., S-C C. et alii (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA/UFPA, 2009. p. 333-359.

Trabalho enviado em dezembro de 2015

Trabalho aceito em janeiro de 2016